

- **COVID-19**

Aulas práticas comprometidas na ULisboa por falta de equipamentos de proteção

Os estudantes pediram ao Governo um reforço no Orçamento do Estado para 2021 de quase um milhão de euros.



© Paulo Jorge Magalhães / Global Imagens
PorLusa

18 Novembro, 2020 • 18:58

Os estudantes da Universidade de Lisboa pediram ao Governo um reforço no Orçamento do Estado para 2021 (OE2021) de quase um milhão de euros para equipamentos de proteção individual (EPI) para garantir a continuidade das aulas práticas.

A carta da Associação Académica da Universidade de Lisboa (AAUL) e da Associação Académica de Medicina Dentária de Lisboa foi enviada na terça-feira ao secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Duarte Cordeiro, com um pedido de reforço orçamental de 986 mil euros para compra de EPI para os estudantes dos vários cursos com aulas práticas que requerem o seu uso.

Parte desse valor devia ser compartilhado pelos utentes da Clínica Universitária de Medicina Dentária, estimando-se uma receita ao longo do ano letivo de 170 mil euros, agora comprometida com a desmarcação de muitas consultas e com as reduções de horas

de prática clínica impostas, explicou à Lusa o presidente da AAUL, Hélder de Sousa Semedo.

Adiantou ainda que a disponibilidade atual de EPI apenas garante a realização de aulas práticas até dezembro, estando a formação prática dos estudantes de Medicina e Medicina Dentária comprometida, como frisam na missiva enviada ao Governo.

O documento refere que um pedido no mesmo sentido já tinha sido endereçado à tutela pelo reitor da Universidade de Lisboa, António Cruz Serra, e pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), o que foi recusado.

Hélder Semedo frisou as dificuldades orçamentais que as instituições de ensino superior enfrentam devido à pandemia, com parte das suas fontes de financiamento comprometidas, devido ao adiamento do pagamento de propinas ou à ausência de receitas em organismos das instituições como museus, jardins, teatros ou outros.

O cenário faz com que o Orçamento do Estado seja atualmente a única fonte de financiamento das instituições, referiu Hélder Sousa, adiantando que, de momento, têm já garantida a apresentação de uma proposta de alteração ao OE2021 para reforçar as verbas para compra de EPI, entregue pelo PAN.